Artigo original

Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp. IE
http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2025v34n2.245857

Schmoller e os conflitos de seu tempo: batalha dos métodos, questão nacional e questão social *

Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho **

Resumo

Schmoller foi o principal nome da escola histórica alemã e teve papel de liderança no ambiente acadêmico alemão de economia do final do século XIX e início do século XX. O artigo tem como objetivo interpretar elementos teóricos e metodológicos da obra de Schmoller tendo como referência três grandes conflitos da época em que viveu o autor: o debate teórico-metodológico conhecido como "batalha dos métodos"; as disputas acerca da formação e do nível de desenvolvimento econômico de um país dos falantes de língua alemã, a "questão nacional"; a "questão social" relacionada às disputas de classe e aos efeitos sociais da urbanização e da industrialização. O autor procurou desenvolver uma abordagem econômica histórica e ética, que rejeita a divisão do trabalho nas ciências sociais e humanas. Defendeu a reforma social e a política global como meios de reduzir os danos sociais do capitalismo e promover o desenvolvimento e a união nacional.

Palavras-chave: Gustav Schmoller (1838-1917); Escola histórica alemã; Metodologia.

Abstract

Schmoller and the conflicts of his time: battle of methods, national question and social question

Schmoller was the main name of the German historical school and led the German academic environment of economics in the late 19th and early 20th centuries. The article seeks to interpret theoretical and methodological elements of Wagner's work with reference to three major conflicts of the time in which the author lived: the theoretical-methodological debate known as the "battle of methods"; the struggle over the formation and level of economic development of a German-speaking country, the "national question", and the "social question" related to class conflicts and the social consequences of urbanization and industrialization. The author developed an historical and ethical economic approach, which rejects the division of labor in the human and social sciences. He defended social reform and global politics as means of reducing the social damage of capitalism and promoting development and national unity.

Keywords: Gustav Schmoller (1838-1917); German historical school; Methodology.
JEL: B15, B41, H11, Z10.

1 Introdução

Gustav von Schmoller (1838-1917) é amplamente reconhecido como o principal teórico da nova escola histórica alemã e um dos economistas alemães mais proeminentes durante o período do Império Alemão (1871-1918). Filho do renomado funcionário público Ludwig Friedrich David Schmoller e de Marie Theresia Gärtner, pertencente a uma família de cientistas naturais[1] que introduziu Schmoller aos métodos experimentais, Marie faleceu enquanto ele ainda era criança. Schmoller estudou Staatswissenschaften (ciências do Estado) na Universidade de Tübingen. Inicialmente, trabalhou no serviço público em Württemberg, em um escritório de estatísticas liderado

* Artigo recebido em 23 de novembro de 2020 e aprovado em 7 de novembro de 2024.

** Professor da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), São João del-Rei, MG, Brasil. E-mail: marcelosbmf@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6322-3496.

(1) Schmoller era neto de Carl Friedrich Gärtner e bisneto de Joseph Gärtner, importantes pesquisadores das áreas de física, química, farmácia e biologia, que integraram instituições acadêmicas de destaque na Europa. Os trabalhos de botânica de Carl Friedrich Gärtner foram citados diversas vezes por Darwin no livro "A origem das espécies" (Hansen, 2012).

(cc) BY

por seu cunhado, Gustav Rümelin. Posteriormente, atuou como professor nas universidades de Halle (1864-1872), Estrasburgo (1872-1882) e Berlim (1882-1913). Ele foi um dos fundadores, em 1872, e a principal liderança da Associação de Política Social (Verein für Socialpolitik), além de membro do Conselho de Estado Prussiano, reitor da Universidade de Berlim entre 1897 e 1898, e integrante da Câmara Alta da Prússia (Schefold, 2008; Cunha, 2014; Schmidt, 2018; Backhaus, 1993/1994; Hansen, 2012).

Os historiadores do pensamento econômico apontam que o marco inicial da escola histórica alemã foi a publicação, em 1843, da obra Princípios de leitura em economia política de acordo com o método histórico, de Wilhelm Roscher. Essa escola enfatizava a relevância das instituições, da análise histórica e do diálogo com as ciências sociais e humanas para a compreensão das questões econômicas, além de se contrapor à economia política clássica, então dominante. Também chamada de escola "histórica e ética", "histórico-realista" ou, mais recentemente, "economia histórica e estatística"[2], a abordagem era eclética e não necessariamente coesa em torno de Schmoller (Grimmer-Solem, 2003a; Lindenfeld, 1997, p. 217-262; Schumpeter, 1954, p. 780; Shionoya, 2005, p. 6). Os economistas históricos criticavam o idealismo e a metafísica predominantes na economia clássica britânica e no pensamento alemão, buscando desenvolver ideais pragmáticos, racionais e progressistas, frequentemente associados ao Reino da Prússia. Apesar disso, eles também criticavam o autoritarismo e o militarismo prussianos, contrastando com os ideais considerados provincianos e conservadores de outras regiões alemãs. Schmoller, Brentano, Knapp e outros autores influenciaram as ciências do Estado, o ensino da economia e a sociologia emergente.

A historiografia classifica a escola histórica alemã em três gerações: a velha escola histórica, liderada por Roscher (1817-1894), Bruno Hildebrand (1812-1878) e Karl Knies (1821-1898); a nova escola histórica, representada por Gustav Schmoller (1838-1917), Lujo Brentano (1844-1931), George F. Knapp (1842-1926) e Adolph Wagner (1835-1917); e a novíssima escola histórica, com nomes como Werner Sombart (1863-1941), Arthur Spiethoff (1873-1957) e Max Weber (1864-1920)[3]. Friedrich List (1789-1846) é amplamente reconhecido como precursor da abordagem. A escola histórica alemã gozou de grande prestígio, tanto na Alemanha quanto em outros países, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Contudo, transformações no discurso econômico, como a ascensão das abordagens marginalista e neoclássica, além da crescente utilização da matemática na economia, contribuíram para o declínio dessa perspectiva. Essas mudanças distanciaram a reflexão econômica das demais ciências sociais e humanas (Hodgson, 2001; Shionoya, 2005; Tribe, 1995, 2003).

Alguns autores argumentam que a velha escola histórica não consistia exatamente em uma escola, devido à insuficiência de unidade teórica, metodológica ou institucional entre seus membros. Em relação à nova escola histórica, mesmo autores que consideram imprecisos os rótulos de "escola",

(2) Os economistas históricos foram influenciados por estatísticos como Gustav Rümelin e Ernst Engel, este último acadêmico de grande destaque e defensor da reforma social.

(3)Alguns autores argumentam que a velha escola histórica não consistia exatamente em uma escola, devido à insuficiência de unidade teórica, metodológica ou institucional entre seus membros. Em relação à nova escola histórica, mesmo autores que consideram imprecisos os rótulos de "escola", de "histórica" ou mesmo de "alemã" para caracterizar a abordagem, reconhecem que existem importantes convergências metodológicas, teóricas e de recomendação de política econômica nas obras de Schmoller, Brentano e Knapp (Schumpeter, 1954; Tribe, 1995; 2003; Lindenfeld, 1997; Pearson, 2002; 2008; Borchardt, 2002; Hauser, 2002; Grimmer-Solem, 2003a).

de “histórica” ou mesmo de “alemã” para caracterizar a abordagem, reconhecem que existem importantes convergências metodológicas, teóricas e de recomendação de política econômica nas obras de Schmoller, Brentano e Knapp (Schumpeter, 1954; Tribe, 1995, 2003; Lindenfeld, 1997; Pearson, 2002, 2008; Borchardt, 2002; Hauser, 2002; Grimmer-Solem, 2003a).

Peukert (2001, p. 71) observou que, especialmente no mundo anglófono, “nenhuma escola de pensamento econômico possui reputação pior que a da escola histórica alemã”. Backhaus (1993/1994, p. 9) destacou que o nome de Schmoller está associado a um “capítulo negro da história do pensamento econômico, uma digressão inútil e um desperdício de esforço e de tempo”. De fato, há inúmeras citações de autores contemporâneos que descartam completamente a relevância da escola histórica alemã, alegando que sua abordagem não realizou contribuições significativas, adotava uma atitude contrária à teorização e contribuiu para o suposto atraso do pensamento econômico alemão no final do século XIX e início do século XX. Stigler (1983, p. 69), por exemplo, considerou que a posição institucional de Schmoller e da escola histórica alemã “sem dúvida desempenhou um papel no lento desenvolvimento da ciência econômica na Alemanha após 1870”. Coase (1984, p. 229-230) foi ainda mais enfático ao dissociar a nova economia institucional do institucionalismo original e da escola histórica alemã, que, segundo ele, possuíam uma atitude “antiteórica” e produziram uma “massa de material descritivo à espera de uma teoria, ou de uma fogueira”. Langlois (1986, p. 5) também afirmou que a escola histórica e os primeiros institucionalistas “queriam uma economia com instituições, mas sem teoria”. É frequente associar a escola histórica alemã a uma posição historicista extremada e a um indutivismo ingênuo, características que teriam sido evidenciadas durante a “batalha dos métodos”. Desde a década de 1980, devido a mudanças no ambiente acadêmico das ciências econômicas, incluindo a insatisfação com as teorias dominantes e o florescimento de diversas abordagens institucionalistas, houve um crescimento significativo nas publicações que buscam reconsiderar a importância da escola, reavaliar suas posições metodológicas e resgatar suas contribuições teóricas (Hansen, 2012; Pearson, 2008; Shionoya, 2005; Peukert, 2001; Ikeda, 2008; Backhaus, Chaloupek, Frambach, 2018).

Este artigo tem como objetivo geral interpretar elementos teóricos e metodológicos centrais da obra do líder da escola histórica alemã no contexto de três grandes conflitos da época em que desenvolveu seu trabalho: um teórico-metodológico, outro geopolítico e um terceiro socioeconômico. Essa abordagem de interpretação das ideias centrais da escola histórica alemã, presente em Mello Filho (2023), permite compreender as aparentes contradições na obra de Schmoller, como sua defesa simultânea da reforma social e do imperialismo[4].

O primeiro conflito relevante, analisado na próxima seção, é a “batalha dos métodos”. Esse debate abordava a divisão do trabalho entre as ciências sociais e humanas, bem como a possibilidade de uma teoria econômica ser completamente autônoma em relação a essas disciplinas. Schmoller

(4) Grande parte dos estudiosos da obra de Schmoller (Backhaus, 1993/1994; Balabkins, 1993/1994; Nau; Schefold, 2002; Shionoya, 2001a; 2001b; 2005; Ikeda, 2008; Schmidt, 2018; Backhaus; Chaloupek; Frambach, 2018) concentram-se em suas contribuições teóricas, metodológicas e nas propostas de reforma social, frequentemente ignorando sua defesa de práticas imperialistas. Aqueles que mencionam essa defesa tendem a tratá-la como um ponto secundário em relação a questões centrais como metodologia e reforma social (Peukert, 2001). Grimmer-Solem (2003b; 2019) destaca-se por buscar compreender a argumentação favorável ao imperialismo dentro da lógica da própria obra de Schmoller. No entanto, ele não conecta esse tema a aspectos mais amplos da obra do autor, como suas concepções sobre as origens e o desenvolvimento das economias nacionais e dos Estados nacionais europeus...

argumentava que compreender a economia de forma isolada das demais humanidades era inadequado. O segundo conflito fundamental para entender sua obra, tratado na terceira parte do artigo, refere-se à "questão nacional" (*nationale Frage*), que envolve a existência, a estabilidade e o desenvolvimento socioeconômico de um país de língua alemã. No contexto da unificação e do desenvolvimento do Império Alemão, Schmoller, List, Wagner e outros autores alemães do século XIX defenderam a interdependência e a coevolução entre Estados nacionais e economias nacionais. Os economistas associados à escola histórica alemã também conectaram esses processos ao expansionismo europeu. O terceiro conflito, discutido na quarta seção, diz respeito à "questão social" (*soziale Frage*), que surgiu dos problemas gerados pela industrialização, urbanização e luta de classes entre capitalistas e trabalhadores. Essa disputa refletiu-se na economia política, marcada pelo embate entre as tradições clássica e marxista. Schmoller posicionou-se entre o laissez-faire e o socialismo revolucionário, defendendo uma política social (*Sozialpolitik*) reformista. Tal política buscava promover o desenvolvimento econômico e mitigar tensões sociais, assegurando a coesão interna diante dos desafios geopolíticos. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais.

2 Método da economia política

Um dos tópicos mais populares na pesquisa contemporânea sobre a escola histórica alemã é a "batalha dos métodos"[5] (*Methodenstreit)*, protagonizada por Gustav Schmoller e Carl Menger. Este último, autor marginalista e precursor da escola austríaca de economia, foi uma figura central no embate. Uma das contribuições mais marcantes da obra de Schmoller foi sua crítica ao método abstrato e dedutivo, empregado por alguns economistas clássicos e pela corrente marginalista[6], que ganhou força a partir da década de 1870, com os trabalhos de Jevons, Walras e Menger.

O primeiro confronto entre Schmoller e Menger antecedeu o início oficial do Methodenstreit. Em 1871, Menger publicou Princípios de Economia Política, dedicando a obra a Wilhelm Roscher, um dos fundadores da escola histórica alemã. Menger enviou uma cópia do livro acompanhada de uma carta elogiosa a Schmoller. Conforme Grimmer-Solem (2003a, p. 248), Menger buscava contribuir para programas de pesquisa alemães associados a autores como Hermann, Mangoldt e Roscher, muitas vezes classificados como "protoneoclássicos". No entanto, Schmoller respondeu com uma resenha crítica, condenando o que chamou de "reflexão abstrata", o uso excessivo de "formas matemáticas" e a adoção de "Robinsonadas" – simplificações hipotéticas que, segundo ele, reduziam questões econômicas a meras especulações individuais (Schmoller, 1873, p. 407-408). Schmoller argumentava que Menger havia retomado o pensamento abstrato e dedutivo de David Ricardo, rejeitando o método histórico, que, à época, era predominante e considerado mais científico na Alemanha.

Em sua análise, Schmoller comparou o método de Menger às práticas das ciências naturais, mas rejeitou a ideia de que a economia abstrata utilizasse abordagens comparáveis às dessas ciências.

(5) Essa seção retoma alguns argumentos presentes em Mello Filho (2023).

(6) Schmoller (1905, p. 271-276) caracteriza a tradição liberal herdeira da fisiocracia, de Smith e de Ricardo como "economia política cosmopolita" ou "economia política abstrata", aqui denominada economia política clássica, ao qual opõe a "economia política histórica".

Ele defendeu que, se a economia política se espelhasse nas ciências naturais, deveria adotar métodos históricos e estatísticos, em vez de abstratos e dedutivos:

> As ciências naturais fizeram sua pesquisa precisa com escalas e microscópios; as abordagens que correspondem a eles em economia são os históricos, estatísticos, etc.; se as ciências naturais quisessem proceder, como o Dr. Menger faz em economia, elas teriam que explorar abstratamente o conceito da célula, do elemento químico e afins e derivar seus argumentos para essa forma (Schmoller, 1873, p. 408)[7].

Cerca de uma década após esse primeiro embate, o Methodenstreit teve início formal em 1883, com a publicação de Investigações sobre o Método das Ciências Sociais, com Especial Referência à Economia, de Carl Menger. Nesse trabalho, Menger argumentava a favor da aplicação da metodologia dedutiva nas ciências sociais. Schmoller respondeu com uma resenha contundente, que deu início a uma série de trocas polêmicas entre os dois autores e seus respectivos seguidores. De um lado, Schmoller e os defensores do método histórico e indutivo; de outro, Menger e os partidários da abordagem dedutiva. O debate se estendeu até pelo menos 1910, reverberando não apenas na Alemanha e na Áustria, mas também em outros países, como Estados Unidos e Inglaterra.

Menger (1883, p. 74-75) criticou a tentativa de "negar qualquer teoria da economia" e a defesa de que a "escrita histórica" fosse a "única orientação justificada para a pesquisa no campo da economia", características atribuídas ao pensamento econômico alemão. Segundo ele, essa abordagem teria bloqueado o avanço teórico e metodológico da economia alemã. O autor austríaco também reprovou a análise de causas não econômicas – algumas "éticas e psicológicas" e outras "técnico-naturais" – proposta por Schmoller para explicar o comportamento econômico, que, em sua visão, deveria ser investigado como uma ação "direcionada à satisfação das necessidades de bens", ou seja, a "propensão" estritamente econômica para a ação (Menger, 1883, p. 74-75). Além disso, Menger (1883, p. 90-94) rejeitou outro aspecto central da escola histórica: sua ênfase na economia nacional e no "coletivismo tendencioso", que ele considerava responsável por "exageros reformistas", alguns de "caráter socialista". Em resposta, defendeu a redução da economia nacional aos seus "verdadeiros elementos", a "economia individual" ou "privada". Apenas ao investigar "uma faceta particular" da sociedade, como fazem a química e a física, as ciências econômicas poderiam amadurecer e se transformar em "ciências exatas".

Schmoller publicou no Jahrbuch uma resenha de Investigações sobre o método das ciências sociais, com especial referência à economia, em que acolheu alguns argumentos de Menger, como a crítica ao excesso de cautela dos economistas históricos diante da teorização. Contudo, apontou deficiências na obra, especialmente a redução da economia nacional à economia privada e a aspectos psicológicos individuais. Schmoller (1883, p. 976-977) argumentou que a tentativa de construir uma "teoria exata" da economia, baseada em características individuais, seria um erro análogo ao de reduzir a química à física, obscurecendo a "conexão inseparável entre o desenvolvimento econômico, social e estatal". Em resposta, Menger publicou Os erros do historicismo na economia alemã, livro que foi devolvido por Schmoller, que o considerou ofensivo – uma opinião compartilhada até por

(7) Com o intuito de tornar o texto mais acessível aos leitores, as citações em língua estrangeira foram traduzidas livremente. Foram usadas as edições traduzidas para o francês e o inglês das principais obras de Schmoller analisadas neste trabalho. Edições alemãs foram consultadas para esclarecimento de expressões e passagens pontuais.

aliados de Menger (Grimmer-Solem, 1998, p. 331-341; Mello Filho, 2023). Este episódio marcou o fim da breve participação direta de Schmoller no Methodenstreit, embora ele tenha continuado a abordar o tema em obras posteriores.

Embora a "batalha dos métodos" seja frequentemente lembrada pela polarização entre a defesa de um método exclusivamente histórico e indutivo, apoiado por Schmoller e seus aliados, e a defesa de um método exclusivamente abstrato e dedutivo, sustentado por Menger e seus seguidores, ambos os protagonistas concordavam que ambas as abordagens poderiam ser utilizadas. O ponto de divergência estava na superioridade de cada método e na ênfase a ser dada a cada um (Backhaus, 1993/1994; Hands, 2001, p. 39-40; Hodgson, 2001; Grimmer-Solem, 2003a; Fusfeld, 2008; Louzek, 2011; Mello Filho, 2023). Por essa razão, intérpretes como Schumpeter (1954, p. 782) avaliaram que "a história dessa literatura é substancialmente a história de energias desperdiçadas, que poderiam ter sido mais bem utilizadas". Tribe (1995, p. 76-94) argumentou que o *Methodenstreit* estava relacionado a distinções terminológicas e de escopo dentro das ciências econômicas e demonstrou a "incapacidade intelectual" de Schmoller.

Apesar de sua abordagem metodológica ser, por vezes, caracterizada como "hostil à teorização" (Schumpeter, 1954, p. 384) ou incapaz de se envolver em "discussões teóricas" (Tribe, 1995, p. 94), Schmoller buscou integrar tanto a abordagem histórica quanto a teórica[8]. Ele criticou, por um lado, obras mercantilistas e cameralistas por serem "compilações históricas sem ideias" e, por outro lado, as teorias dedutivas que tentavam partir da análise da "natureza humana" para alcançar o "santuário do conhecimento sem esforço" (Schmoller, 1893, p. 370-371). Esforçando-se para sintetizar os extremos da "batalha dos métodos", Schmoller argumentou que observação e descrição não são fins últimos da economia política, mas uma base para que indução e dedução sejam realizadas de forma mais robusta. Ele destacou que "aquele que compreende bem essas duas formas de chegar a conclusões – a dedutiva e a indutiva – jamais afirmará que podem existir ciências explicativas da realidade que se fundamentem exclusivamente em uma delas" (Schmoller, 1905, p. 264).

Apesar de a polêmica ter se tornado conhecida como a "batalha dos métodos," a metodologia das ciências econômicas não foi o ponto central do embate, conforme destacado pela literatura contemporânea sobre o assunto[9] (Hodgson, 2001; Fusfeld, 2008; Louzek, 2011; Grimmer-Solem, 2003a; Mello Filho, 2023). Diferentemente de Menger, que adotava o individualismo metodológico e defendia políticas econômicas liberais, Schmoller privilegiava práticas coletivas e grupos sociais como unidades fundamentais de análise – instituições, legislação, cultura, o Estado nacional e a economia nacional – e defendia a intervenção estatal[10].

(8) Schmoller não foi contrário ao uso de modelos matemáticos, tendo elogiado os modelos sobre localização das atividades econômicas de Thünen por conseguirem isolar adequadamente princípios causais (Backhaus, 1993/1994, p. 16-18).

(9) Recentemente, foram feitas tentativas, não convincentes, de interpretar Schmoller como um nominalista ou como um precursor do falseacionismo (Shionoya, 2001b, p. 11-13; Peukert, 2001, p. 81-84). A defesa do realismo e a crítica ao método dedutivo tornam a visão de Schmoller como um nominalista insustentável e a não testabilidade de muitas das hipóteses éticas do autor é incompatível com o falseacionismo.

(10) Durante o período em que ocorreu a "batalha dos métodos" nenhum dos dois lados foi considerado vencedor. Porém, ao longo do século XX, à medida que o *mainstream* das ciências econômicas se afastou da economia política e das ciências sociais, se consolidando como "ciência da escolha", a concepção teórico-metodológica de Menger ganhou força enquanto a concepção de Schmoller foi marginalizada (Hodgson, 2001; Louzek, 2011; Mello Filho, 2023).

O próprio Menger reconheceu que o Methodenstreit não se concentrou exclusivamente no método (Grimmer-Solem, 2003a, p. 263-265; Mello Filho, 2023). Ele afirmou que ambos os lados concordavam com o uso combinado de métodos dedutivos e indutivos, sendo o cerne do debate os objetivos da pesquisa e o sistema de problemas que a ciência deveria abordar no campo da economia nacional (Menger, 1894, p. 278-279).

Lindenfeld (1997) argumenta que a obra de Menger representava uma reação contra a tradição alemã de formação ampla (Bildung), que implicava em uma visão holística da interrelação entre sociedade e Estado. A abordagem austríaca exemplificava a ciência como especialização, alinhada ao positivismo jurídico da época, enquanto a escola histórica resistia à fragmentação do trabalho nas ciências humanas e sociais. Segundo Lindenfeld (1997, p. 247-257), a exclusão de questões filosóficas, éticas, políticas e sociológicas na economia e no direito buscava blindar a burguesia de responsabilidades éticas e políticas em relação aos problemas da época, naturalizando ou individualizando tais questões.

Portanto, o primeiro conflito analisado neste artigo, a "batalha dos métodos," envolveu o objeto, os métodos e a capacidade de intervenção da ciência social na realidade. Schmoller defendeu uma abordagem transdisciplinar, rejeitando a fragmentação do trabalho e a especialização excessiva no tratamento de questões econômicas. Diferentemente de Menger, que delimitava as questões econômicas em torno da satisfação individual, Schmoller sustentava que as questões mais relevantes da vida econômica não poderiam ser compreendidas sem considerar ética, história e direito. Para ele, até mesmo a satisfação das necessidades individuais era historicamente e culturalmente construída. Schmoller, junto a outros acadêmicos de sua época, conseguiu evitar a fragmentação das ciências sociais no ambiente acadêmico germânico.

A literatura sobre Schmoller destaca que o líder da escola histórica alemã possuía uma teoria da sociedade – ou programa teórico e político – com os seguintes elementos principais: (1) estatismo, que posiciona o Estado e suas instituições como os principais atores econômicos e sociais; (2) transdisciplinaridade e rejeição à divisão de trabalho nas ciências sociais; (3) institucionalismo, que analisa a vida econômica com base em regras, leis e costumes específicos de cada contexto histórico e geográfico; (4) historicismo, que rejeita a validade de leis universais da vida social e explicações baseadas em uma suposta natureza humana; (5) defesa da reforma social, que utiliza ciência e razão para transformar a sociedade; e (6) ideia de progresso histórico, alcançado por meio da ciência, da razão, da moral e da pacificação de conflitos sociais[11] (Schumpeter, 1954, p. 779-782; Backhaus, 1993/1994; Prisching, 1993/1994; Peukert, 2001; Schmidt, 2018). Elementos dessa teoria da sociedade serão explorados nas próximas seções.

(11) A ideia de que a sociedade passa por diferentes estágios econômicos – por exemplo, sendo inicialmente caçadora e posteriormente atravessando etapas pastoril, agrícola e industrial – estava presente em Adam Smith e em autores ligados à economia histórica alemã, como List e Roscher (Lindenfeld, 1997, p. 153-154). Uma versão mais sofisticada desse argumento se encontra em Schmoller, que também analisava a organização social passando por estágios de evolução, que incluiriam, por exemplo, o início da organização espacial do poder na forma de aldeia, que seria posteriormente substituída, de forma progressiva, por vila, cidade, território, até atingir o auge na forma de Estados nacionais (Schmoller, 1884; Peukert, 2001, p. 76). Outro processo teleológico de evolução histórica ocorreria, segundo Schmoller, nos conflitos de classes e entre povos, que se transformariam, ao longo da história, de embates violentos em disputas negociadas (Schmoller, 1881). Veblen (1901) oferece uma crítica pioneira à essa teoria da história.

Schmoller não se opunha à teorização, mas a praticava de maneira distinta, respondendo a questões e utilizando métodos que diferiam daqueles que se consolidaram no pensamento econômico a partir da década de 1940. Ele foi pioneiro ao explorar temas que atualmente são centrais na literatura econômica contemporânea, como externalidades, falhas de mercado e questões ambientais. Schmoller também anteviu que o Estado poderia desempenhar um papel ativo no combate ao abuso de poder econômico e na regulamentação de mercados, promovendo situações de "ganha-ganha" (Backhaus, 1993/1994, p. 22-23; Peukert, 2001). Além disso, Schmoller destacou-se pelo uso do raciocínio baseado em "causação circular" e pela defesa de um realismo na economia. No entanto, sua abordagem transdisciplinar às questões econômicas é frequentemente considerada pouco desenvolvida em termos teóricos segundo os padrões contemporâneos (Schmidt, 2018, p. 13-15). Ele também desempenhou um papel de liderança nas reformas sociais (Backhaus, 1993/1994, p. 3; Hansen, 2012; Grimmer-Solem, 2003a), sendo reconhecido por Balabkins (1993/1994, p. 25) como o "pai do Estado de bem-estar social". Na próxima seção, será apresentada a visão de Schmoller sobre a origem e a coevolução dos sistemas de Estados nacionais e economias nacionais na Europa. Essa visão, desenvolvida no contexto da consolidação do Império Alemão e de sua política expansionista, integra aspectos econômicos, políticos e de relações internacionais para construir uma análise histórica de longo prazo sobre o desenvolvimento europeu, abrangendo o período do final da Idade Média até o auge do imperialismo, no final de sua vida .

3 Economias nacionais, Estados nacionais e relações econômicas internacionais

Esta seção analisa, primeiramente, a importância das instituições e organizações para o entendimento da vida social, segundo Schmoller. Em seguida, discute sua visão sobre as origens históricas europeias das principais instituições e órgãos sociais que moldam as sociedades modernas: os Estados nacionais e as economias nacionais. Desde sua formação, esses elementos estiveram associados a ímpetos expansionistas que culminaram no colonialismo e no imperialismo. Schmoller influenciou e foi influenciado pelo processo de formação e consolidação da economia nacional e do Estado nacional germânicos. Esse processo, por sua vez, estava intimamente ligado a causas e consequências geopolíticas de alcance global. Como mencionado anteriormente, um dos pontos centrais da crítica de Schmoller à economia política clássica e aos primeiros marginalistas – presente em grande parte de seus argumentos teóricos e metodológicos – é a ideia de que a vida econômica não pode ser reduzida à ação individual. Em outras palavras, Schmoller adota uma postura crítica em relação ao que, atualmente, é denominado individualismo metodológico:

> A ideia de que a vida econômica sempre foi um processo dependente principalmente da ação individual – uma ideia baseada na impressão de que a economia se ocupa meramente com métodos de satisfação das necessidades individuais – é incorreta no que se refere a todos os estágios da civilização humana e, em alguns aspectos, é mais incorreta quanto mais voltamos ao passado [...]. Os primeiros assentamentos e ocupações do solo nunca foram um assunto de indivíduos, mas de tribos e clãs (Schmoller, 1884, p. 3-4).

O desenvolvimento da sociedade, segundo Schmoller, deve ser entendido como um processo histórico complexo, no qual culturas, religiões, formas de governo e modos de vida material evoluem de maneira interdependente. Essa visão fez de Schmoller um dos pioneiros na análise das instituições e organizações como unidades fundamentais da vida econômica. O conceito de instituição, em sua

obra, apresenta um significado próximo ao utilizado por correntes contemporâneas como o institucionalismo original, a nova economia institucional e a escola francesa da regulação (Rutherford, 1994; Chavance, 2009; Hansen, 2012). Para Schmoller, uma instituição é um conjunto de hábitos, regras, práticas e leis que atua como padrão de comportamento para indivíduos e organizações ao longo do tempo:

> Por instituição política, jurídica, econômica, entendemos um arranjo realizado em um ponto particular da vida da comunidade, servindo a dados objetivos, que chega a uma existência e um desenvolvimento próprios e serve como um enquadramento, um molde para a ação de sucessivas gerações por centenas ou milhares de anos: propriedade, escravidão, servidão, casamento, tutela, mercado, moeda, liberdade industrial – são exemplos de instituições. É necessário, para cada instituição, um conjunto de hábitos e regras da moral, do costume e do direito (Schmoller, 1905, p. 149-150).

Por outro lado, as organizações, ou "órgãos sociais", referem-se ao aspecto humano e pessoal das instituições. Por exemplo, as famílias representam os órgãos básicos da instituição do casamento, assim como as empresas são os órgãos básicos dos mercados. Nesse contexto, os indivíduos agem a partir de sua posição dentro das instituições e organizações. Assim, a vida econômica e social não é resultado de escolhas individuais isoladas, mas um processo histórico de construção, reprodução e transformação de instituições e organizações:

> Por órgão constituído, entendemos o lado pessoal da instituição; o casamento é a instituição, a família é o órgão. Os órgãos sociais são as formas constantes que moldam a união de pessoas e bens para fins específicos: o povo, a família, as sociedades, as corporações, as confrarias, as comunas, as empresas, o Estado, estes são os órgãos essenciais da vida social (Schmoller, 1905, p. 150).

As principais instituições e organizações da vida social moderna, que se originaram conjuntamente e coevoluem ao longo da história, se condensam na forma dos Estados nacionais (*nationale Staat*) e das economias nacionais (*Volkswirthschaft*), que seria a forma de economia contemporânea. Uma das mais instigantes pesquisas históricas realizadas por Schmoller é a investigação acerca das origens históricas das instituições e organizações características das sociedades modernas. Analisando as origens das economias nacionais, o autor afirma que:

> São apenas os grandes Estados nacionais, nascidos no final da Idade Média e que se constituíram definitivamente nos nossos dias, que, por sua própria formação, deram origem ao que chamamos de economia nacional (*Volkswirtschaft*). Assim como as línguas e literaturas modernas, as organizações militares, financeiras, administrativas e constitucionais são causas e efeitos da formação do Estado; da mesma forma a economia nacional. São os fenômenos econômicos que acompanham o nascimento desses grandes corpos sociais que chamamos de *Volkswirtschaft*, de *political economy*, *d'economie politique* (Schmoller, 1893, p. 329).

Portanto, à medida em que eram construídos os Estados nacionais, no final da Idade Média – a partir da criação de instituições tributárias, financeiras, políticas, jurídicas e administrativas em espaços geográficos ampliados – iriam sendo criadas as condições para o florescimento de atividades econômicas que superam os âmbitos familiares ou locais. A expressão economia nacional

(*Volkswirtschaft*) se refere a essa articulação da vida material no âmbito de um povo, uma nação (*Volk*). As economias modernas não se resumem a agentes submetidos à divisão do trabalho intercambiando bens. As economias nacionais são entidades complexas que abarcam indivíduos, empresas, instituições públicas, sistemas de infraestrutura e outras organizações que surgiram a partir do final da Idade Média:

> A esta união resultante da divisão do trabalho e do comércio vem se juntar uma união jurídica e organizacional feita pela comunidade do direito econômico e das instituições econômicas públicas: mesma política comercial, industrial, agrícola, mesmo sistema de impostos, de tarifas, de alfândegas, de finanças, mesmo sistema monetário e mesmo sistema de crédito público, uma dívida pública nacional e comercial, um exército, uma escola, uma assistência pública estatal, uma organização de transporte público por meio das estradas de ferro, canais, linhas de navegação, colônias e tratados internacionais – todas essas instituições agora dominam todas as economias individuais muito mais do que no passado, e fazem de cada uma um membro dependente da economia nacional (Schmoller, 1893, p. 332).

Em resumo, "o conceito de economia nacional procura abranger o conjunto das economias que se justapõem ou se sobrepõem, de uma terra, de um povo, de um Estado" (Schmoller, 1905, p. 16).

Importante destacar que a concepção do líder da escola histórica alemã – e presente em outros autores associados à abordagem, como Wagner – acerca da coevolução dos Estados nacionais e das economias nacionais está relacionada ao processo histórico então em curso, de construção e consolidação de um Estado nacional alemão, discutido no debate da "questão nacional" (*nationale Frage*) em torno da unificação e da delimitação de um país para os povos falantes de idiomas germânicos (Lindenfeld, 1997, p. 142-147; Hobsbawm, 1997; Wagner, 1912, p. 1-2; Mello Filho, 2023).

Em um texto provocador, em que realizou uma releitura do mercantilismo, entitulado "O sistema mercantil e seu significado histórico", o autor procurou compreender o sistema mercantil a partir do ponto de vista da evolução histórica das organizações político-econômica europeias, que teriam, ao longo de muitos séculos, assumido a forma progressiva de vilas, cidades, territórios, até a formação mais avançada, dos Estados nacionais. Em todas essas formas históricas, as atividades econômicas estavam ligadas ao mundo político e cultural.

O líder da escola histórica alemã argumentou que o processo de formação das economias nacionais era, desde sua gênese, articulado com a expansão internacional, seja através do comércio, seja por meio de guerras e da colonização. Portanto, o expansionismo imperialista típico do final do século XIX e do início do século XX, abordado à frente nesta seção, não seria um evento isolado, mas decorrente da necessidade da busca de divisas e insumos considerados fundamentais para o desenvolvimento das economias nacionais naquele contexto histórico.

> Boas finanças foram condição necessária para uma boa política. Boas finanças não eram possíveis, a menos que a economia nacional se desenvolvesse rapidamente. A política comercial tornou-se o principal meio para atingir estes objetivos e logo também dirigiu em grande medida a economia nacional. Ao mesmo tempo, tornou-se, ao lado das guerras travadas pelas razões que

> ela ditava, o instrumento permanente do progresso do poder político. A constituição dos Estados desde 1500 até aos dias de hoje, bem como a formação da economia nacional, são baseadas numa política comercial cada vez mais intensa. A grandeza da Inglaterra no mar ainda hoje se baseia, em parte, na política marítima de Cromwell, assim como a grandeza da Prússia se baseia na política comercial dos seus príncipes de 1616 a 1786 (Schmoller, 1908, p. 426).

Analisando o surgimento e consolidação conjunta dos modernos Estados nacionais e das economias nacionais europeias, Schmoller acreditava que o processo ganhou um enorme impulso com as grandes navegações. Em outras palavras, a expansão da divisão do trabalho e do comércio na Europa tomou proporções muito maiores a partir dos séculos XVI e XVII, com o comércio colonial de especiarias e metais preciosos[12], que, por sua vez, fortalecia os pequenos reinos coloniais:

> Então esta mesma época – a segunda metade do século XVI e o século XVII – foi uma época que deu todo incentivo para a transformação econômica. O caminho já estava aberto, para fora dos círculos estreitos dos pequenos territórios em direção à maior união de forças, possível apenas nos grandes Estados. Um horizonte imensurável havia sido aberto no comércio mundial com a Índia e a América; a posse de colônias de especiarias dos novos países com ouro e prata prometeram riquezas incalculáveis para aqueles países que entenderam como agarrar sua parcela da pilhagem (Schmoller, 1884, p. 46).

Simultaneamente, no âmbito interno a diversos territórios europeus, ocorriam transformações de igual importância, entre as quais a ampliação dos sistemas de comunicação e de dívida privada e pública, assim como a sofisticação da indústria têxtil. Esses processos, por sua vez, impulsionavam a expansão do poder de alguns territórios, que passaram a se organizar em áreas econômicas maiores:

> Em casa, mudanças econômicas de igual importância também aconteceram. Os novos serviços postais criaram um sistema de comunicações totalmente novo. Letras de câmbio e as grandes operações comerciais em certas feiras juntamente com os bancos que estavam agora aparecendo, produziram uma maquinaria de crédito enorme e de longo alcance [...]. Além disso, agora acontecia em vários países uma divisão geográfica do trabalho, que quebrou a antiga diversificação da indústria urbana; aqui a manufatura de lã estava se agrupando em certas vizinhanças e em torno de certas cidades, ali a manufatura de linho [...]. Essas forças convergentes todas impeliram a sociedade a se reorganizar em áreas econômicas maiores, e direcionou para a criação dos Estados nacionais e suas políticas correspondentes (Schmoller, 1884, p. 46-47).

Por fim, interesses comerciais e políticos comuns, assim como a proximidade cultural e religiosa e a necessidade de união para a defesa em relação a territórios rivais impulsionaram a criação

(12) Schmoller observa corretamente que a construção de Estados nacionais foi uma pré-condição para a construção das economias nacionais. Entretanto, existe uma grande polêmica, que envolve uma extensa bibliografia, acerca das origens históricas do capitalismo, que não será tratada com profundidade no presente texto. Wood (2001), por exemplo, argumenta que a centralização política foi uma condição necessária para o surgimento do capitalismo, mas não foi uma condição suficiente. Tal fato ficaria evidenciado pelo surgimento de Portugal, Espanha, França e outros Estados nacionais que não desenvolveram economias nacionais durante os respectivos processos de formação nacional. Nesses países, a construção de economias nacionais capitalistas foi um processo posterior. Ainda segundo Wood (2001), as origens do capitalismo estão ligadas às transformações, ocorridas desde a Idade Média, específicas da sociedade inglesa, notadamente o lento desenvolvimento da propriedade privada capitalista no campo e da relação de compra e venda da força de trabalho, fenômenos que Schmoller não investigou com profundidade.

de instituições em áreas geográficas mais amplas, as quais retroalimentaram o processo de formação dos Estados nacionais:

> A questão agora era – em uma sociedade dividida entre classes sociais totalmente diferentes umas das outras e complicada pela divisão do trabalho – de levar ao mais longe possível, com base nos sentimentos nacionais e religiosos comuns, uma união para a defesa externa e para a justiça e a administração internas, para a moeda e o crédito, para os interesses comerciais e econômicos como um todo (Schmoller, 1884, p. 49).

O fortalecimento dos Estados nacionais, longe de configurar um obstáculo para a consolidação das economias nacionais, é uma precondição para o desenvolvimento delas. Do ponto de vista de Schmoller, o mercantilismo não é um sistema teórico equivocado, como pensara Adam Smith, por exemplo. Segundo Schmoller, o mercantilismo consistiu primordialmente em doutrinas e práticas dirigidas a "construção de Estado e construção da economia nacional[13] ao mesmo tempo". As proposições mercantilistas acerca da moeda, da balança comercial, do protecionismo, entre outras questões, teriam como resultado a substituição de instituições locais pelas instituições de nível nacional:

> [...] no seu núcleo mais profundo ele [mercantilismo] não foi nada mais que construção de Estados – não construção de Estados em um sentido simples, mas construção de Estado e construção da economia nacional ao mesmo tempo [...].
>
> A essência do sistema mercantil não está em alguma doutrina da moeda ou da balança comercial; não está nas barreiras tarifárias, impostos protecionistas ou leis de navegação; mas em algo bem maior: isto é, na transformação total da sociedade e das suas organizações, assim como do Estado e das suas instituições, na substituição das políticas econômicas locais e territoriais pelas políticas do Estado nacional (Schmoller, 1884, p. 50-51).

Schmoller (1908, p. 324-328) destacou que as políticas mercantilistas – práticas comerciais, coloniais, industriais e agrícolas adotadas por países como Portugal, Espanha, Holanda, França, Inglaterra e Prússia – contribuíram para "constituir as formas econômicas superiores" que possibilitaram a "construção dos Estados modernos". Essas políticas promoveram a divisão do trabalho, o crescimento do comércio e da monetização, o desenvolvimento de marinhas nacionais, a expansão do crédito e a formação de classes médias e empresariais. Embora favorecessem grandes potências, também permitiram que pequenos países resistissem à opressão externa. Em síntese, "todo o sistema produziu, entre o Estado e a economia nacional, a união mais forte e mais íntima que já existiu nos grandes Estados com economias monetárias desenvolvidas" (Schmoller, 1908, p. 328)..

Segundo Schmoller, "a ideia oposta, aquela de uma separação completa entre a autoridade pública e os objetivos econômicos, não pode se sustentar" (Schmoller, 1908, p. 329). No entanto, os excessos do mercantilismo – que incluíam autoritarismo, corrupção e aumento de práticas ilegais como o contrabando – contribuíram para fortalecer a "teoria liberal otimista e individualista". Essa

(13) A visão de Schmoller sobre o mercantilismo, por um lado, considera o fenômeno mais sistemático, homogêneo e racional que ele de fato foi, mas, por outro lado, acertadamente aponta o mercantilismo como um conjunto de práticas e doutrinas que buscava o fortalecimento nacional (Magnusson, 2003; Lindenfeld, 1997, p. 12). Magnusson (1994, 2003) e Suprinyak (2009) apresentam diversas interpretações, incluindo a de Schmoller, acerca do mercantilismo.

visão promovia a ideia de que o comércio internacional sempre beneficiava ambas as partes, enquanto as versões mais "pessimistas" do mercantilismo entendiam o comércio como um jogo de soma zero.

Para Schmoller (1908, p. 329-339), nem a visão "liberal otimista" nem a "mercantilista pessimista" seriam completamente corretas, pois a política ideal dependeria das condições históricas específicas de cada país. Ele também enfatizou que o comércio internacional não deveria ser reduzido a interesses privados, apoiando a proposição de Forbonnais de que "a balança comercial é verdadeiramente a balança de poder" (Forbonnais, 1754, apud Schmoller, 1908, p. 339). Assim, defendeu a proposta do Império Alemão de aprofundar uma "política comercial e de poder" (*Handels- und Machtpolitik*) (Schmoller, 1900a).

O líder da escola histórica alemã considerava a competição uma característica central do mundo moderno, pois "os povos competem pela dominação global" (Weltherrschaft) e "pelo poder mundial" (*Weltmacht*), enquanto "partidos políticos e classes sociais" disputam "a influência e o poder no Estado e na administração local" (Schmoller, 1904a, p. 45; 1906, p. 102).

Historicamente, segundo Schmoller (1908, p. 425-434), o mercantilismo predominou entre os séculos XVI e XIX, período de formação de muitos Estados nacionais. Entre 1810 e 1875, práticas liberais prevaleceram, promovendo o comércio e o direito internacionais. Schmoller argumenta que a etapa liberal do comércio britânico só foi possível após práticas como pirataria, colonização, tratados fraudulentos, leis de navegação e tarifas protecionistas. Contudo, as disputas internacionais continuaram sendo conflitos de poder. Após 1870, a Grã-Bretanha retomou políticas protecionistas e expansionistas, enquanto Estados Unidos e Rússia seguiram estratégias similares. Essa fase imperialista trouxe novas disputas por dominação na África e na Ásia, intensificadas por avanços técnicos e monopólios, e apresentava níveis de "nacionalismo", "chauvinismo" e "espírito de conquista" ainda mais acentuados do que no período mercantilista (Schmoller, 1908, p. 425-434).

No cenário internacional do final do século XIX e início do século XX, Schmoller defendeu que a Alemanha priorizasse sua proteção contra as três grandes potências globais, ao invés de adotar uma postura expansionista similar à delas. A Alemanha, ao lado da França, era uma das poucas nações situadas entre grandes impérios coloniais e pequenos países. Assim, Schmoller sugeriu que o país unisse forças com outras nações europeias para garantir sua coexistência e evitar ameaças externas. Ele endossava a ideia de uma união comercial (*Zollverein*) com países do centro da Europa, como Hungria, Romênia, Holanda, Suíça e os Bálcãs, proposta anteriormente por List, apesar de reconhecer as dificuldades de sua implementação (Grimmer-Solem, 2019, p. 172-173; Schmoller, 1908, p. 437-439).

Na última década do século XIX e nas primeiras duas décadas do século XX, um dos principais ativos estratégicos para alcançar ganhos geopolíticos era uma poderosa frota naval. Schmoller, juntamente com outros intelectuais alemães como Adolph Wagner e Max Sering, apoiou a proposta de construção de uma grande frota promovida pelo almirante Alfred von Tirpitz. A preocupação com o poderio naval era uma constante entre líderes políticos como Theodore Roosevelt, Guilherme II e Yamamoto Gonnohyōe, que buscavam tanto resistir às ameaças britânicas quanto questionar o controle do Reino Unido sobre os oceanos e as rotas comerciais. Na Alemanha, em particular, a marinha era uma das poucas instituições verdadeiramente nacionais. Além disso, a construção de uma marinha forte beneficiava diversos setores industriais, como a metalurgia,

balística, ótica, eletromecânica, cartografia e engenharia civil (Grimmer-Solem, 2019, p. 166-168; Alcouffe, Baslé, 2009; Lindenfeld, 1997, p. 275-276).

Do ponto de vista do líder da escola histórica, a Alemanha não aspirava a uma política chauvinista ou a substituir o Reino Unido como potência central do sistema de Estados nacionais. Seu objetivo principal era expandir o comércio, a agricultura, a população e adquirir colônias (Schmoller, 1900a). No entanto, algumas de suas propostas são consideradas pangermanistas, como o plano de estabelecer colônias no sul do Brasil ou na Venezuela, além de propor uma união alfandegária com Suíça, Áustria, Escandinávia e Holanda. Segundo Schmoller, a Alemanha deveria ter acesso aos portos, cabos telegráficos e plantas de carvão holandeses em troca da garantia de independência e posse das colônias por parte desse país (Schmoller, 1900a; Lindenfeld, 1997, p. 275-276; Grimmer-Solem, 2003b; 2019, p. 226-227).

Embora Schmoller acreditasse que "conquistas coloniais e imperialismo persistirão ainda por muito tempo", especialmente em relação aos "bárbaros" e povos "semicivilizados", ele também vislumbrava a possibilidade de um "progresso do direito internacional" através da "resistência comum contra os procedimentos brutais, injustos e violentos". Apesar da inexistência, no cenário internacional, de um "poder absolutamente coercitivo", Schmoller considerava que as disputas poderiam ser resolvidas de forma mais amigável, por meio de "tribunais internacionais de arbitragem", em um processo semelhante ao que ele via ocorrer nas lutas de classes, que estariam sendo limitadas pelas instituições políticas e sociais da época (Schmoller, 1908, p. 443-452).

Diversos autores influentes na historiografia e no pensamento social, como Moore Junior (1975) e Fisher (1975)[14], argumentaram que a modernização conservadora representaria uma via excepcional alemã para a modernidade, que inevitavelmente culminaria no fascismo. A história do Império Alemão tem sido frequentemente associada ao militarismo, autoritarismo e ausência de liberalismo, características que teriam levado ao Terceiro Reich. Contudo, há mais continuidade do que ruptura entre o "imperialismo liberal" praticado por Reino Unido, França e Estados Unidos e o expansionismo alemão, que foi relativamente mais moderado no final do século XIX (Grimmer-Solem, 2019, p. 2-8). Assim como outros pensadores liberais e conservadores do século XIX – incluindo Mill, Tocqueville e Spencer (Losurdo, 2006; Pitts, 2005) – Schmoller também defendia práticas expansionistas, militaristas e imperialistas. No contexto da industrialização alemã, especialmente após a saída de Bismarck do poder e a ascensão do chanceler Bülow, a política mundial (Weltpolitik) e a busca por poder mundial (Weltmacht), intensificadas após 1895, eram vistas como etapas cruciais para garantir mercados consumidores e fontes de matérias-primas estratégicas ao desenvolvimento do país.

No contexto do imperialismo europeu, Schmoller adotou, no capítulo "As raças e os povos" (Die rassen und völker) de Princípios de economia política (Grundriss der allgemeinen volkswirtschaftslehre), uma concepção racista do desenvolvimento cultural, baseada nas ideias de Herbert Spencer, Francis Galton, Arthur de Gobineau, entre outros autores atualmente considerados racistas e defensores do darwinismo social (Schmoller, 1900b; 1905; Grimmer-Solem, 2021). Em razão desse posicionamento, o Verein für Socialpolitik (2024) suspendeu, de junho de 2021 a maio

(14) O nazismo foi resultado da Grande Depressão da década de 1930 e do sentimento de revanchismo do Tratado de Versalhes e era avesso ao reformismo e ao intelectualismo presentes em autores como Schmoller (Hobsbawm, 2003).

de 2026, a entrega da medalha Gustav Schmoller, destinada a reconhecer membros que contribuíram de forma excepcional à organização. Essa decisão foi tomada para permitir uma análise e deliberação mais aprofundadas sobre o tema.

Schmoller usou seu prestígio para ajudar a fortalecer as políticas imperialistas alemãs, que seguiam os passos da Inglaterra, da França e de outras potências (Hobsbawm, 1988, 1997; Kemp, 2013; Grimmer-Solem, 2019; 2021), embora também tenha criticado o imperialismo e defendido seu fim (Schmoller, 1908, p. 443-452, 1900b; 1904a). O autor observou que a construção das economias nacionais e dos Estados nacionais europeus era, desde suas origens, não apenas uma "questão nacional" (nationale Frage), mas uma questão de política internacional, ou melhor, "política global" (Weltpolitik) e de busca por "poder mundial" (Weltmacht). A unificação alemã só ocorreu após guerras da Prússia contra Dinamarca, Áustria e França. O desenvolvimento das potências econômicas no final do século XIX e início do século XX estava associado à busca imperialista de fontes de matérias-primas e de mercados consumidores. Entretanto, a Weltpolitik não foi a principal política defendida por Schmoller. Teve muito mais destaque na sua obra a defesa da Socialpolitik (política social), analisada na próxima seção.

O pensamento de Schmoller acerca das relações entre o Estado e os mercados difere da visão convencional da economia contemporânea, que vê as esferas política e econômica como entidades autônomas e contrárias. Para o líder da escola histórica alemã, Estados nacionais e economias nacionais nasceram juntamente e coevoluíram ao longo da história. A teoria de Schmoller sobre a atuação do Estado nas economias capitalistas guarda semelhanças com ideias que seriam desenvolvidas no século XX por autores institucionalistas e desenvolvimentistas, entre as quais o princípio de causação circular e cumulativa elaborado por Gunnar Myrdal e o princípio do duplo movimento, de expansão e de contenção das atividades mercantis, teorizado por Karl Polanyi. A concepção da interdependência das esferas política e econômica, tanto no plano nacional quanto no internacional, é discutida contemporaneamente, por exemplo, pela disciplina da economia política internacional (Barry Jones, 2001). A próxima seção aprofunda a visão do autor acerca da relação entre Estados nacionais e economias nacionais a partir de um ponto de vista fundamental da escola histórica alemã, a concepção de que o pensamento econômico não pode ser apartado da ética e deve ser utilizado para a reforma das instituições prevalecentes.

4 Promoção da reforma social

Durante o século XIX, ocorreram profundas transformações na sociedade alemã, notadamente a unificação, a industrialização e a crescente urbanização. Algumas questões fundamentais eram discutidas nos jornais, nas associações da sociedade civil, nos partidos políticos e no ambiente acadêmico. A "questão nacional", abordada na seção anterior, a "questão social" (soziale Frage) e, associada a essa, a "questão trabalhista" (Arbeiterfrage), referentes às consequências socioeconômicas da industrialização e da urbanização, foram alguns dos temas fundamentais debatidos (Schmoller, 1900b; 1904a, 1908; Lindenfeld, 1997, p. 142-147; Hobsbawm, 1997; Wagner, 1912, p. 1-2; Mello Filho, 2023).

Além das guerras protagonizadas pela Prússia, comentadas na seção anterior, a tentativa de revolução de 1848, a Comuna de Paris de 1871, a ampliação do número e da mobilização das greves

e dos partidos socialistas, a pobreza e a "Grande Depressão" de 1873 a 1896 enfraqueceram as ideias liberais puristas, "Manchesteristas", e estimularam tanto o radicalismo quanto o intervencionismo reformista (Hobsbawm, 1988; 1997, p. 17-21, p. 307-312; Mello Filho, 2023). A "política social" (Socialpolitik), também caracterizada como "reforma social" (soziale Reform), foi defendida por setores da sociedade como remédio para as mazelas da classe trabalhadora, como instrumento de modernização e progresso e como meio para a diminuição do radicalismo. Um cronista alemão afirmou em 1844 que: "nada é mais conservador do que o princípio da reforma, e nada estimula mais os esforços revolucionários do que apegar-se cegamente ao antigo" (Gerber, 1844 apud Lindenfeld, 1997, p. 147). O Estado foi entendido por destacados políticos e intelectuais "como fonte de unidade e patriotismo, como um ente capaz de se colocar acima das divisões da sociedade e de garantir a construção e a defesa da nação contra possíveis ameaças externas" (Mello Filho, 2023).

Procurando sintetizar importantes contribuições ao pensamento econômico da época, Schmoller (1905, p. 296-297) identifica algumas características mais importantes que estariam presentes nas principais obras de economia política e que deveriam continuar fundamentais[15]:

> 1° Eles [autores de economia política] devem reconhecer a ideia de desenvolvimento como a ideia científica dominante do nosso tempo; 2° Eles devem se colocar de um ponto de vista científico e moral, tomar como ponto de partida a realidade dos instintos e sentimentos, reconhecer as forças morais, ver na economia nacional um fenômeno social que deve ser considerado do ponto de vista moral e do direito, das instituições e organizações diversas; deve-se estudar a vida econômica ao mesmo tempo que o Estado, a religião e a moral; da economia política dos negócios emerge novamente uma ciência moral e política; 3° Deve-se adotar uma atitude crítica em relação tanto ao direito natural individualista quanto ao socialismo: é questão de separar e de reconhecer, nas duas escolas, aquilo que há de bom e de rejeitar aquilo que há de ruim (Schmoller, 1905, p. 297).

A passagem acima resume vários dos elementos principais da obra do autor. Em primeiro lugar, a ênfase no desenvolvimento, compreendido como processo teleológico de transformação social em direção ao progresso e não apenas no sentido contemporâneo de melhoria das condições socioeconômicas de um país. Em segundo lugar, o entendimento da economia imersa em um contexto cultural, social, político e moral, que não pode ser entendido do ponto de vista do individualismo metodológico. É impossível separar as reflexões econômicas da moral e da política. Em terceiro lugar, a defesa de um ponto de vista que procura conciliar características consideradas positivas do liberalismo econômico e do socialismo. Uma economia nacional não funcionaria plenamente se deixada totalmente à mercê do *laissez faire*, assim como não seria prudente uma experimentação socialista revolucionária. A reforma social seria a maneira mais correta de enfrentar as contradições da economia moderna, criando instituições que visem superar os problemas sociais e morais de um determinado período histórico.

Schmoller foi um dos fundadores e líderes da Associação para a Política Social (*Verein für Socialpolitik*). Foi presidente do *Verein* entre 1890 e 1917. A Associação, após uma interrupção, causada pelo nazismo, entre os anos de 1936 e 1948, continua em atividade. Os membros da

(15) Segundo Schmoller (1905, p. 298-299), Stein, Roscher, Marshall, Cauwès, Schäffle, Rodbertus e Wagner seriam alguns dos autores que adotam esses princípios que considera fundamentais.

Associação de Política Social, defensores da reforma social, foram rotulados, de forma inicialmente pejorativa, de "socialistas de cátedra" (*Kathedersozialisten*[16]). Durante o Império Alemão, devido à sólida estrutura do ambiente acadêmico em ciências econômicas e do Estado, liderado por Schmoller[17], Wagner, Brentano, Weber e outros intelectuais, a escola histórica e o *Verein* influenciaram a formação de intelectuais de diversas partes do mundo, inclusive Inglaterra, Japão, Estados Unidos, Brasil, França, Índia, Finlândia e Rússia. Alguns dos pensadores dos quatro primeiros países influenciados pelos socialistas de cátedra foram W. E. B. Du Bois, Richard T. Ely, E. R. A. Seligman, William J. Ashley, Richard Jones, Noburu Kanai, Tokuzô Fukuda, Vieira Souto e Rui Barbosa que, por sua vez, contribuíram, de maneira direta ou indireta, com a construção de diversos movimentos reformistas do final do século XIX e do início do século XX, entre os quais é possível destacar a Era Progressista, nos Estados Unidos e a Era Meiji, no Japão (Yamawaki, 1995; Pearson, 2008; Cunha, 2014; Bruzzi Curi, 2017, 2019; Mello Filho.(2023)). De acordo com Pearson (2008), a *American Economic Association* e a *American Academy of Political and Social Science*, nos Estados Unidos, e a Sociedade para Política Social, no Japão, foram organizadas com forte inspiração no *Verein* e 20 dos 26 primeiros presidentes da *American Economic Association* estudaram na Alemanha.

Schmoller, Brentano, Wagner e, de modo geral, os membros da Associação de Política Social (*Verein für Socialpolitik*) eram defensores da reforma social. Eles se opunham tanto às formas mais radicais de defesa do liberalismo econômico – que associavam com a fisiocracia, com o legado de Adam Smith e com a escola de Manchester – quanto ao movimento socialista revolucionário, que associavam principalmente a Marx, Engels e Lassalle (Schmoller, 1881; 1904b; Wagner, 1871; 1904, p. 1-17; Mello Filho, 2023). Schmoller defendia uma política de "meio termo" entre as concessões para a classe trabalhadora e a manutenção das tradições aristocráticas e burguesas de propriedade e organização política. O autor defende a "reconciliação sem revolução, por meio de um "processo lento e moderado de reforma" (Schmoller, 1908, p. 220).

Os socialistas de cátedra eram defensores de leis de proteção aos trabalhadores, inspeção de fábricas, direitos sindicais e reforma do sistema de educação[18] (Grimmer-Solem, 2003a, p. 281-282; Mello Filho, 2023). Em 1873, Bismarck afirmou para Schmoller que ele próprio seria um "socialista de cátedra", mas "sem tempo para isso" (Lindenfeld, 1997, p. 226; Meerhaeghe, 2006, p. 291). Schmoller, Wagner, Brentano e outros "socialistas de cátedra" foram professores de diversos membros de destaque do governo alemão e possuíam proximidade com o Primeiro Ministro Otto von Bismarck, com quem se correspondiam e que, "embora fosse um político monarquista e conservador,

(16) É importante destacar que o rótulo de "socialismo de cátedra" (*Kathedersozialist*) foi cunhado pelojornalista Heinrich Oppenheim, que atacou os proponentes da reforma social em um artigo publicado em dezembro de 1871 (Lindenfled, 1997, p. 225-228). O debate público, que continuou nos meses seguintes, foi um dos fatores que acelerou a formação do *Verein für Socialpolitik*, organização que inicialmente procurou se dissociar do Congresso de Economistas Alemães, de tendência liberal, fundado em 1857. Nos anos seguintes à fundação do *Verein*, membros das duas instituições aprofundaram o diálogo (Lindenfeld, 1997, p. 223-226). Posteriormente, a instituição mais velha se fundiu com a mais nova.

(17) Schmoller, Adolph Wagner, Wilhelm Lexis e Johannes Conrad, entre outros célebres professores, foram conselheiros informais de Friedrich Althoff, principal homem público responsável pelas nomeações de professores durante o Império Alemão e pela política universitária do país (Grimmer-Solem, 2003a, p. 59-62).

(18) Schmoller (1904b, p. 521) afirmou que "Uma reforma escolar democrática deveria ser a pedra angular da reforma social".

foi um dos primeiros governantes a aplicar princípios de reforma social, tais como legislação trabalhista, previdência social e educação pública e gratuita" (Mello Filho, 2023).

Comentadores contemporâneos (Lindenfeld, 1997, p. 227-233; Grimmer-Solem, 2003a, p. 280-282; Meerhaeghe, 2006) consideram que a Associação para a Política Social contribuiu, de modo geral, de maneira mais indireta que direta com os diversos debates que levaram à construção de importantes legislações trabalhistas e sociais do Império Alemão, entre as quais: i) legislação para restrição do trabalho feminino e infantil, de 1878; ii) estabelecimento de inspeção compulsória de fábricas, em 1878; iii) seguridade social em caso de problema de saúde, em 1883; iv) seguridade social em caso de acidente de trabalho, em 1884; v) sistema de pensão por idade, em 1889; vi) legislação trabalhista de 1891, que reduziu a jornada máxima de trabalho e restringiu o trabalho aos domingos. Essas reformas foram elaboradas pelo governo Bismarck, buscando fortalecer o regime e pacificar os trabalhadores, que foram, porém, atingidos pela legislação antissocialista também implementada.

Schmoller destacou a ampliação dos direitos dos trabalhadores – que inclui os direitos de reunião, de sindicalização, de participação na vida política, de estabelecer contratos coletivos de trabalho, de ter acesso aos sistemas judiciário e de seguridade social – na Alemanha, nas últimas década do século XIX, como um fator fundamental para a melhoria da vida dessa classe (Schmoller, 1908, p. 211).

5 Considerações finais

Schmoller desenvolveu críticas sofisticadas acerca do caráter a-histórico de boa parte da produção teórica da época. Criticou o emprego do método abstrato e dedutivo, muito associado ao pensamento de Ricardo e seus seguidores. Defendeu que a análise econômica fosse combinada com a investigação histórica, política, moral e cultural. Schmoller negou a existência de uma natureza humana inerentemente capitalista, associada às "Robinsonadas" e ao individualismo metodológico. O autor foi pioneiro na investigação das instituições e organizações da vida econômica, assunto que vem ganhando força no debate econômico desde a década de 1970. No que se refere às instituições das economias modernas, argumentou que são construções sociais e não inerentes a todas as sociedades e a todos os períodos históricos. O autor sublinhou o quanto as instituições das economias nacionais contemporâneas são ligadas e dependentes das instituições dos modernos Estados nacionais. Do ponto de vista de Schmoller, é impossível conceber a esfera econômica como autônoma em relação à política e à ética.

Schmoller desenvolveu sua obra em um contexto histórico de três importantes conflitos, um teórico-metodológico, outro geopolítico e o terceiro socioeconômico. O primeiro conflito, o *Methodenstreit*, girou em torno da divisão do trabalho nas ciências sociais e humanas e à própria existência e relevância de uma teoria econômica completamente autônoma em relação a essas ciências. Em relação a esse conflito, Schmoller defendeu a tradição germânica de formação ampla e holística (*Bildung*) e advogou que não é possível compreender adequadamente a economia de modo descolado da história e das demais humanidades. Essa posição transdisciplinar foi considerada inadequada pelo pensamento econômico dominante do século XX e só nas últimas décadas tem sido revalorizada.

O segundo conflito central para o entendimento da obra do autor foi a própria existência, o tamanho e o nível de desenvolvimento socioeconômico de um país dos falantes de língua alemã (*nationale Frage*). Schmoller concluiu que Estados nacionais e economias nacionais são interdependentes e coevoluem, ponto de vista que se diferencia da concepção convencional segundo a qual os Estados são entidades externas à economia e apenas intervêm pontualmente nela. A construção dos Estados nacionais e das economias nacionais europeias foi, desde seus primórdios, um processo expansionista, com tendências mundiais. O autor demonstrava preocupação com a unidade política e territorial, o poderio econômico e a extensão do Império Alemão. Defendeu que o Estado alemão atuasse ativamente na promoção da integração e do desenvolvimento do país e procurasse assumir uma posição de destaque, como uma potência intermediária, no âmbito "geopolítico mundial" (*Weltpolitik*), caracterizado pela competição pelo "poder mundial" (*Weltmacht*).

A terceira grande disputa que estruturou a obra do autor é a entre capitalistas e trabalhadores, representada na economia política pelo conflito entre as tradições clássica e a marxista, das quais procurou se distanciar, construindo uma posição intermediária, que compreende que a "política social" (*Socialpolitik*) é a estratégia mais adequada para o combate aos "problemas sociais" (*soziale Frage*) da vida moderna e para a garantia do fortalecimento do país e da coesão social frente a ameaças externas.

Por fim, no que se refere às insuficiências teóricas e analíticas da obra do autor, é possível destacar pelo menos três pontos. Em primeiro lugar, em alguns momentos Schmoller adotou uma visão linear da história. Por exemplo, quando discorreu acerca da passagem de clãs para aldeias, destas para vilas, que por seu turno dariam origem a cidades, que por sua vez, tenderiam a se organizar em Estados. Schmoller adotou uma visão teleológica sobre o desenvolvimento da humanidade bastante influenciado pela experiência histórica específica do continente europeu. Em segundo lugar, em consonância com o eurocentrismo observado na crítica anterior, Schmoller desenvolvou argumentos favoráveis ao colonialismo e ao imperialismo. Esse tipo de política era bastante naturalizado durante o período de vida do autor, sendo criticado por um conjunto restrito de autores, entre os quais Marx e Hobson. Uma última insuficiência notável na obra do autor é a incapacidade de realizar uma ampla síntese teórica, como fizeram Smith, Ricardo, Marx, Walras e Keynes, por exemplo. Talvez por isso as contribuições do autor não têm recebido ainda toda a atenção que merecem.

Referências bibliográficas

BACKHAUS, J. Gustav Schmoller and the problems of today. *History of Economic Ideas*, v. 1, n. 3, 1993; v. 2, n. 1, 1994.

BACKHAUS, J.; CHALOUPEK, G.; FRAMBACH, H. (Ed.). *Gustav von Schmoller and Adolph Wagner*: legacy and lessons for civil society and the State. Cham: Springer, 2018.

BARRY JONES, R. *Routledge encyclopedia of international political economy*. 3v. London: Routledge, 2001.

BORCHARDT, K. Commentary. In: NAU, H; SCHEFOLD, B (Ed.). *The historicity of economics*: continuities and discontinuities of historical thought in 19th and 20th Century economics. New York: Springer, 2002.

BRUZZI CURI, L. From "social economy" to "national political economy": German economic ideas in Brazil. In: CUNHA, A.; SUPRINYAK, C. (Ed.). *The political economy of Latin American independence*. London: Routledge, 2017.

BRUZZI CURI, L. Adolph Wagner's economic thought in Brazil: money and public finance in the turn of the 20th century. *The European Journal of the History of Economic Thought*, v. 26, n. 3, 2019.

CHAVANCE, B. *Institutional economics*. New York: Routledge, 2009.

COASE, R. The new institutional economics. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, v. 140, 1984.

CUNHA, M. Política social na ciência econômica germânica: Gustav von Schmoller e os imperativos éticos da historiografia alemã. *História Econômica & História de Empresas*, v. 17 n. 1, 2014.

FISHER, F. *War of illusions*: German policies from 1911 to 1914. London: Chatto & Windus, 1975.

FORBONNAIS, F. *Eléments du commerce*. Paris: Briasson, 1754.

FUSFELD, D. Methodenstreit. In: DURLAUF, S; BLUME, L. *The new Palgrave dictionary of economics*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

GRIMMER-SOLEM, E. *The rise of historical economics and social reform in Germany 1864-1894*. Oxford: Oxford University Press, 2003a.

GRIMMER-SOLEM, E. Imperialist socialismo of the chair: Gustav Schmoller and German Weltpolitik, 1897-1905. In: RETALLACK, G. (Ed.). *Wilhelminism and its legacy*: German modernities, imperialism, and the meanings of reform, 1890-1930. Essays for Hartmut Pogge von Stradmann. New York: Berghahn Books, 2003b.

GRIMMER-SOLEM, E. *Learning empire*: globalization and the German quest for world status, 1875-1919. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

GRIMMER-SOLEM, E. *Gustav von Schmoller (1838-1917)*. Comunicação dirigida ao Verein für Socialpolitik. Disponível em: https://www.socialpolitik.de/en/gustav-schmoller-medaille. Acesso em: 13 ago. 2024 (2021).

HANDS, D. *Reflections without rules*: economic methodology and contemporary science theory. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

HANSEN, R. Gustav Schmoller as a scientist of political economy. In: BACKHOUS, J (Ed.). *Handbook of the history of economic thought*: insights on the founders of modern economics. New York, Springer, 2012.

HÄUSER, K. Commentary. In: NAU, H; SCHEFOLD, B (Ed.). *The historicity of economics*: continuities and discontinuities of historical thought in 19th and 20th Century economics. New York: Springer, 2002.

HOBSBAWM, E. *A era dos impérios*: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWM, E. 1997. *A era do capital*: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos*: o breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HODGSON, G. *How economics forgot history*: the problem of historical specificity in social science. New York: Routledge, 2001.

IKEDA, Y. The german historical school: toward the integration of the social sciences. *The History of Economic Thought*, v. 50, n. 1, 2008.

KEMP, T. *Industrialization in nineteenth-century Europe*. London: Routledge, 2013.

KOSLOWSKI, P. Economics as ethical economy in the tradition of the Historical School. Introduction. In: KOSLOWSKI, P (Ed.). *The theory of ethical economy in the Historical School*: Wilhelm Roscher, Lorenz von Stein, Gustav Schmoller, Wilhelm Dilthey and Contemporary Theory. Berlin: Springer-Verlag, 1995.

LANGLOIS. R. The new institutional economics. In: LANGLOIS, R. (Ed.). *Economics as a process*: essays in the new institutional economics. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

LINDENFELD, D. *The practical imagination*: the German sciences of state in the nineteenth century. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

LOSURDO, D. *Contra-história do liberalismo*. Aparecida: Ed. Idéias & Letras, 2006.

LOUZEK, M. The battle of methods in Economics: the classical Methodenstreit – Menger vs. Schmoller. *The American Journal of Economics and Sociology*, v. 70, n. 2, 2011.

MAGNUSSON, L. *Mercantilism*: the shaping of an economic language. London: Routledge, 1994.

MAGNUSSON, L. Mercantilism. In: SAMUELS, W.; BIDDLE, J.; DAVIS, J. (Ed.). *A companion to the history of economic thought*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

MEERHAEGHE, M. Bismarck and the social question. *Journal of Economic Studies*, v. 33, n. 4, 2006.

MELLO FILHO, M. Muito além da "Lei de Wagner": o pensamento econômico de Adolph Wagner. *Estudos Econômicos*, v. 53, n. 4, 2023.

MENGER, C. (1871). *Princípios de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

MENGER, C. (1883). *Investigations into the method of the Social Sciences with special reference to Economics*. New York / London: New York University Press, 1985

MENGER, C. (1894). Wilhelm Roscher. In: THE COLLECTED Works of Carl Menger. London: University of London Press, 1935. v. III, p. 278-279.

MOORE JUNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Cosmos, 1975.

NAU, H.; SCHEFOLD, B. (Ed.). *The historicity of economics*: continuities and discontinuities of historical thought in 19th and 20th Century economics. New York: Springer, 2002.

PEARSON. H. The German historical school of economics: what it was not and what it was. In: NAU, H.; SCHEFOLD, B. (Ed.). *The historicity of economics*: continuities and discontinuities of historical thought in 19th and 20th Century economics. New York: Springer, 2002.

PEARSON, H. German Historical School. In: DURLAUF, S.; BLUME, L. *The new Palgrave dictionary of economics*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

PEUKERT, H. Schmoller renaissance. *History of Political Economy*, v. 33, n. 1, 2001.

PITTS, J. A turn to empire: the rise of imperial liberalism in Britain and France. Princeton: Princeton University Press, 2005.

PRISCHING, M. Schmoller's theory of society. *History of Economic Ideas*, v. 1, n. 3, 1993; v. 2, n. 1, 1994.

RINGER, F. *O declínio dos mandarins alemães*: a comunidade acadêmica alemã 1890-1933. São Paulo: Edusp, 2001.

ROSCHER, W. *Grundriß zu vorlesungen uber die Staatswirthschaft, nach geschichtlicher methode*. Göttingen: Dieter, 1843.

RUTHERFORD, M. *Institutions in economics*: the old and new institutionalism. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SCHEFOLD, B. Schmoller, Gustav von (1838-1917). In: DURLAUF, S.; BLUME, L. *The new Palgrave dictionary of economics*. NewYork: Palgrave Macmillan, 2008.

SCHMIDT, K-H. Gustav Schmoller's program and its valuation today and tomorrow. In: BACKHAUS, J.; CHALOUPEK, G.; FRAMBACH, H. (Ed.). *Gustav von Schmoller and Adolph Wagner*: legacy and lessons for civil society and the State. Cham: Springer, 2018.

SCHMOLLER, G. (1873). Review of Menger's principles. In: CALDWELL, B. *Hayek's challenge*: an intellectual biography of F. A. Hayek. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.

SCHMOLLER, G. (1881). The idea of justice in political economy. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 4, 1893-1894.

SCHMOLLER, G. Menger und Dilthey: zur Methodologie der Staats- und Sozialwissenschaften. *Jahrbuch fur Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswtrtschaft im Deutschen Reich*, n. 7, 1883.

SCHMOLLER, G. (1884). The mercantile system and its historical significance. New York / London: Macmillan & Company, 1896.

SCHMOLLER, G. (1893). Économie nationale, économie politique et méthode. In: SCHMOLLER, G. *Politique sociale et économie politique*: questions fondamentales. Paris: Giard & E. Brière, 1902.

SCHMOLLER, G. Die wirtschaftliche Zukunft Deutschlands und die Flottenvorlage. In: SCHMOLLER, G.; SERING, M.; WAGNER, A. (Ed.). *Handels- und Machtpolitik*: Reden und

Aufsätze im Auftrage der “Freien Vereinigung für Flottenvorträge”. Stuttgart: J. G. Cotta, 1900a. v. 1.

SCHMOLLER, G. *Grundriss der allgemeinen volkswirtschaftslehre*. Munique: Duncker & Humblot, 1900b. v. I.

SCHMOLLER, G. *Grundriss der allgemeinen volkswirtschaftslehre*. Munique: Duncker & Humblot, 1904a. v. II.

SCHMOLLER, G. *Principes d’économie politique*. Paris: Giard & E. Brière, 1905. v. I.

SCHMOLLER, G. *Principes d’économie politique*. Paris: Giard & E. Brière, 1906. v. III.

SCHMOLLER, G. *Principes d’économie politique*. Paris: Giard & E. Brière, 1908. v. V.

SCHMOLLER, G. (1904b). On class conflict in general. *American Journal of Sociology*, v. 20, n. 4, 1915

SCHUMPETER, J. (1954). *History of economic analysis*. London: Routledge, 2006.

SHIONOYA, Y (Ed.). *The historical and ethical approach to economics*. London: Routledge, 2001a.

SHIONOYA, Y. Rational reconstruction of the German Historical School: an overview. In: SHIONOYA, Y (Ed.). *The historical and ethical approach to economics*. London: Routledge, 2001b.

SHIONOYA, Y. *The soul of the German Historical School methodological essays on Schmoller, Weber, and Schumpeter*. Boston: Springer Science, 2005.

STIGLER, G. Nobel Lecture: the process and progress of economics. *Journal of Political Economy*, v. 91, n. 4, 1983.

SUPRINYAK, C. Moeda, tesouro e riqueza: uma anatomia conceitual do mercantilismo britânico do início do século 17. *Estudos Econômicos*, v. 39, n. 3, 2009.

TRIBE, K. *Strategies of economic order*: German economic discourse, 1750-1950. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

TRIBE, K. Historical schools of economics: German and English. In: SAMUELS, W.; BIDDLE, J.; DAVIS, J. (Ed.). *A companion to the history of economic thought*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

VEBLEN, T. (1901). Gustav Schmoller’ s economics. In: CAMIC, C.; HODGSON, G. (Ed.). *Essential writings of Thorstein Veblen*. London: Routledge, 2011.

VEREIN FÜR SOCIALPOLITIK. *Gustav Schmoller medal*. Available at: https://www.socialpolitik.de/en/gustav-schmoller-medaille. Acesso em: 13 ago. 2024.

WAGNER, A. (1871). Speech on the social question. In: WAGNER, D. (Ed.). *Social reformers*: Adam Smith to John Dewey. New York: The Macmillan Company, 1934.

WAGNER, A. *Les fondements de l’économie politique*. Paris: V. Giard & E. Brière, 1904. Tomo I.

WAGNER, A. *Les fondements de l’économie politique*. Paris: V. Giard & E. Brière, 1912. Tomo III.

WOOD, E. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

YAMAWAKI, N. Historicism and liberalism in Japan. In: KOSLOWSKI, P (Ed.). *The theory of ethical economy in the Historical School*: Wilhelm Roscher, Lorenz von Stein, Gustav Schmoller, Wilhelm Dilthey and Contemporary Theory. Berlin: Springer-Verlag, 1995.

EDITOR RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO

Fábio Antonio de Campos